

ORDENAMENTO TERRITORIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Getúlio Gracelli Júnior

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás,
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)
getulio.gracelli@aluno.ueg.br

Amanda Azevedo Coutinho

Analista em Serviço Social do Ministério Público do Estado de Goiás
amandaqmc@yahoo.com.br

Eguimar Felício Chaveiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG - Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, Goiânia (GO)
eguimar@hotmail.com

Vandervilson Alves Carneiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás,
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)
vandervilson.carneiro@ueg.br

Resumo: O presente trabalho confrontou dados da concentração de famílias em condição de extrema pobreza em Aparecida de Goiânia-Go e a localização dos equipamentos de assistência social, buscando identificar se tais equipamentos, fundamentais na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estão localizados nas áreas em que há mais pessoas em situação de vulnerabilidade. Para isso, se valeu de dados oficiais oriundos do Cadastro Único e da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, integrados em *software* de geoprocessamento. Identificou-se, após a geração de mapas, que áreas que apresentam maior quantidade de equipamentos sociais coincidem com áreas com alta concentração de famílias em extrema pobreza. Entretanto, áreas com altíssima concentração de famílias em condição de extrema pobreza não possuem equipamentos de assistência social, reforçando a condição de vulnerabilidade social dessa população. Não foi possível estabelecer relações de causalidade entre a presença ou ausência dos equipamentos de assistência social e a concentração de famílias em condição de extrema pobreza, pois não havia disponibilidade de dados para diferentes datas,

impossibilitando uma análise temporal da questão. Uma premissa teórica embasou as reflexões: existe uma relação entre a organização do território, a distribuição das classes sociais no espaço e oferta de serviços públicos. Conclui-se que o planejamento dos locais de instalação dos equipamentos de assistência social deve se apoiar em estudos da concentração das famílias em condição de extrema pobreza.

Palavras-chave: Ordenamento territorial; Assistência Social; Geoprocessamento; Aparecida de Goiânia.

TERRITORIAL PLANNING OF SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Abstract: This study compared spatial concentration of families living in extreme poverty in Aparecida de Goiânia with the location of social assistance facilities, aiming to identify if such facilities, fundamental in the implementation of the Unified Social Assistance System (SUAS), are located in areas with the highest number of people in vulnerable situations. Official data from the Single Registry and the Municipal Government of Aparecida de Goiânia were used, integrated into a geographic information system (GIS) software. After generating maps, it was identified that areas with more social facilities coincide with areas with a high concentration of families in extreme poverty. However, areas with a much higher concentration of families living in extreme poverty do not have social assistance facilities, reinforcing their social vulnerability. It was not possible to establish a causal relationship between the presence or absence of social assistance facilities and the concentration of families living in extreme poverty, as data for different dates were not available, preventing a temporal analysis of the issue. It is concluded that the planning of the locations for social assistance equipment installation should be based on studies of the concentration of families living in extreme poverty.

Keywords: Territorial Planning; Social Assistance; Geoprocessing; Aparecida de Goiânia.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Para cada um desses direitos, estabelece-se uma política pública - conjunto de programas, ações e decisões visando assegurar esses direitos a toda a sociedade ou, ainda, a grupos específicos que se

encontram de alguma forma desamparados. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei Federal nº 8.742/1993, indica objetivos e princípios norteadores, estabelece diretrizes para organização da Assistência Social e dos serviços prestados.

Entretanto, Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009) indicam que durante a década de 1990 a implementação da política de Assistência Social pouco avançou em virtude de falta de planejamento, avaliação, acompanhamento e avaliação dos serviços. O pouco avanço ocorreu também pela insuficiente regulação política, pela imprecisão conceitual e a fragmentação dos serviços. Não havia uma unidade de atendimento como referência para a prestação dos serviços de Assistência Social, como a escola e posto de saúde são, respectivamente, para educação e saúde (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012).

Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio da Resolução nº 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Entre tantas outras contribuições, a PNAS cria o Sistema Único de Assistência Social, estabelecendo seus princípios, finalidades e a forma como deve ocorrer a descentralização da prestação dos serviços.

Em 2005 foi publicada a Norma Operacional Básica (NOB/Suas), que regula em detalhes as relações federativas, a integração de redes e serviços e instrumentos de articulação. Nesse documento são estabelecidos dois níveis de prestação de serviços de assistência social: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

O objetivo da PSB é prevenir situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para população em vulnerabilidade social mediante a proteção à família, crianças, jovens e idosos. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são as unidades de base territorial responsáveis pela PSB (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012). Em complementação ao atendimento prestado nos CRAS, a PNAS também indica outros serviços, entre os quais estão os Centros de Convivência, onde são desenvolvidos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Já a PSE objetiva acolher crianças, adolescentes e idosos e mulheres vítimas de violência (CAVALCANTE; RIBEIRO 2012). As unidades responsáveis pela PSE são os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). A partir de 2009, por meio do Decreto nº 7.053/2009, foi estabelecido o Centro de Referência Especializado para População em

Situação de Rua (Centro POP), retirando este atendimento do CREAS, onde, até então, era realizava todo o mecanismo de assistência.

Diante do exposto, neste trabalho serão considerados os seguintes equipamentos de Assistência Social: CRAS, CREAS, SCFV e Centro POP. Entretanto, os equipamentos educacionais – como escolas e creches – exercem um papel importante na Assistência Social, ao prevenir que a criança ou adolescente esteja exposto a condições abusivas ou que acentuem sua vulnerabilidade social enquanto seus responsáveis estão trabalhando, o que motivou sua seleção para compor a análise espacial.

Para serem atendidas pelo SUAS, as famílias em condição de vulnerabilidade - em situação de baixa renda, pobreza ou de extrema pobreza - devem se inscrever no Cadastro Único (CadÚnico). Neste trabalho serão usados dados espaciais disponíveis da população em condição de extrema pobreza, que se referem a março de 2019. Para se enquadrar nessa condição no ano de 2019, a família deveria ter renda per capita mensal de até R\$89,00, de acordo com o Decreto Federal nº 9.396/2018, que vigorou até 2021.

1. ESPAÇO URBANO, POPULAÇÃO VULNERÁVEL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ocupação do espaço urbano se dá de maneira desigual no território. Algumas áreas, mais valorizadas, recebem populações com maior poder aquisitivo. Já outras áreas, muitas inadequadas à ocupação, são destinadas à população de baixa renda (GONÇALVES; MARCEDES-STRAUCH, 2021). Normalmente essas áreas reforçam as condições de vulnerabilidade dessas pessoas, seja pela distância até os serviços urbanos, serviços públicos e locais de trabalho, seja por condições insalubres ou de risco (MARICATO, 2013).

Nas grandes cidades, principalmente, a necessidade de cobrir longas distâncias é um fator que pressiona o orçamento familiar. Dessa maneira, a proximidade entre os equipamentos de Assistência Social e a população em situação de vulnerabilidade é determinante no acesso às políticas públicas. Diante desse cenário, a PNAS e a NOBS/Suas estabelecem a característica territorial da Assistência Social visando garantir o acesso dos serviços às populações demandantes (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012).

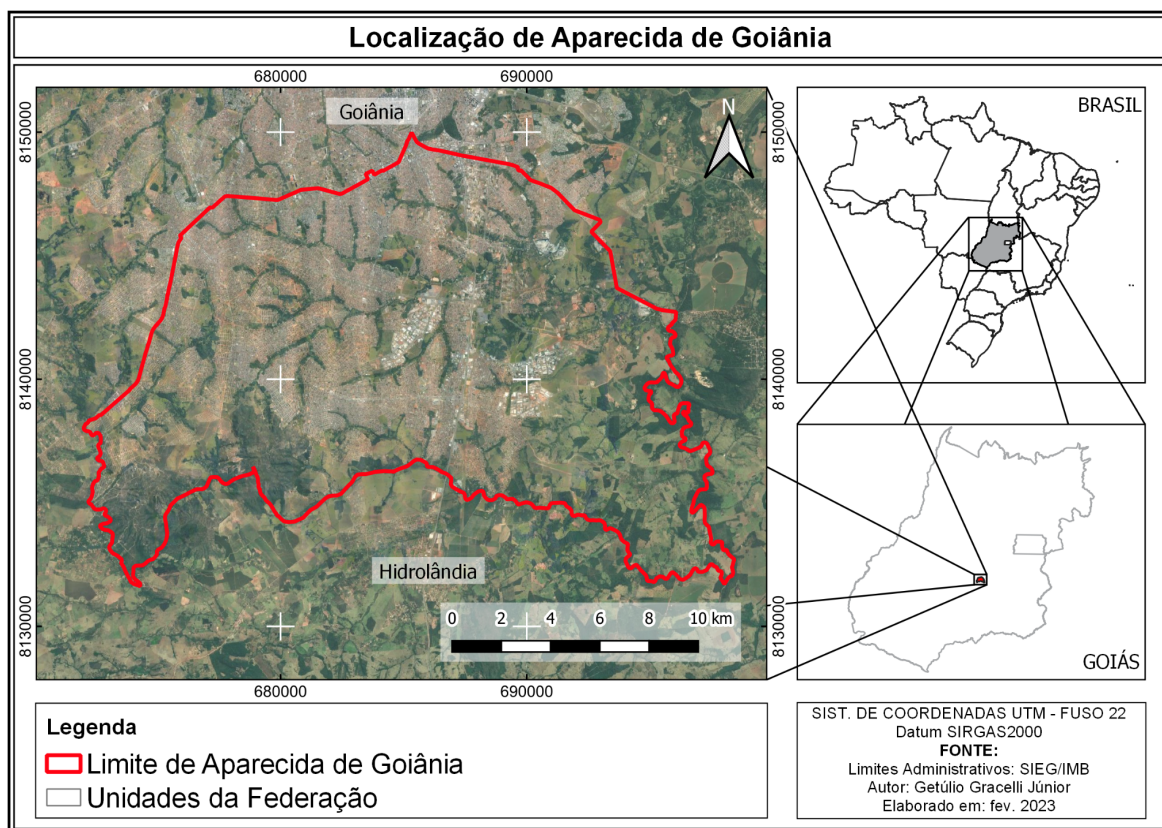
Considerando o caráter territorial – e, portanto, espacial - da Assistência Social, o uso de mapas pode contribuir para o planejamento e para o acompanhamento da política pública. Mapas que demonstrem a localização dos equipamentos de assistência social em conjunto com informações das famílias extremamente pobres permitem verificar a proximidade geográfica dos equipamentos sociais e as regiões com maior incidência de vulnerabilidade, além da sobreposição de determinados serviços. Também permite analisar a cobertura da proteção socioassistencial no município.

Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a distribuição dos equipamentos de Assistência Social e educacionais na cidade de Aparecida de Goiânia-Go, confrontando tais dados com a distribuição espacial da população em situação de extrema pobreza, segundo dados oriundos do CadÚnico.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Aparecida de Goiânia-Go compõe a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), no centro do Estado, e atualmente está conurbada com a capital de Goiás (Figura 1). O aludido município comporta a segunda maior população do Estado, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 601.844 habitantes em 2021, de acordo com o portal de Estatísticas Georreferenciadas de Goiás, mantido e atualizado pelo Instituto Mauro Borges desde 2017.

Para Cirqueira Pinto (2009), o período entre 1963 e 1990 foi de grande crescimento urbano e periferização, recebendo muitos migrantes, com desenvolvimento de parcelamento do solo sem o devido ordenamento urbano ou infraestrutura básica. O mesmo autor argumenta que o período seguinte, entre 1990 até os dias atuais, é marcado pelas novas funcionalidades de um espaço urbano fragmentado, havendo uma complexa relação de complementaridade e interdependência com a capital, Goiânia.



**Figura 1 - Mapa de localização de Aparecida de Goiânia.
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.**

O ritmo de crescimento populacional de Aparecida de Goiânia vem caindo ao longo dos anos, mas sempre apresentou valores elevados desde o censo de 1980. A figura 2 apresenta gráfico com a evolução da população total do município segundo os censos demográficos do IBGE, coletados no portal de Estatísticas Georreferenciadas de Goiás (IMB, 2017).

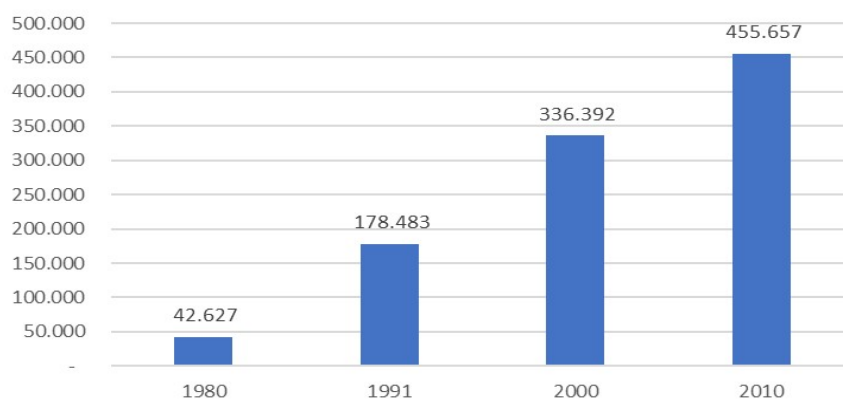


Figura 2 - Gráfico com a evolução da população total de Aparecida de Goiânia.
Fonte: IMB, 2017.

Entre 1980 e 1991 a população aumentou 4,19 vezes. Já considerando o período entre o censo de 1980 e o de 2010 (30 anos), a população aumentou 10,69 vezes. Quando se considera ainda a estimativa de população para 2021, 601.844 habitantes, a população aumentou 14,12 vezes em 41 anos.

Apesar de apresentar, segundo o IMB (2017), um PIB per capita de R\$ 25.173,46 em 2020 e um IDH-M de 0,718 em 2010, considerado mediano, Aparecida de Goiânia-Go apresenta uma forte desigualdade social. Nunes (2017) indica que áreas ao Norte do município, mais próximas à Goiânia, apresentam melhores índices de inclusão social, que vão se tornando piores à medida que se direciona ao Sul da cidade, em áreas mais afastadas da capital.

3. UNIDADE TERRITORIAL DE MAPEAMENTO (BAIRROS X SETORES CENSITÁRIOS)

O bairro é uma divisão territorial municipal, considerada a unidade mínima para fins de planejamento e gerenciamento urbano. Apesar de não ser desejável, é comum haver várias divisões diferentes de bairros para um mesmo município, a depender da secretaria municipal. Novos loteamentos podem ser inseridos em bairros distintos ou mesmo dar origem a outros bairros. A divisão de bairros apresentada neste trabalho (figura 3) é oriunda do arquivo *shapefile* (SHP), levantado junto à Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, no qual há um total de 281 bairros.

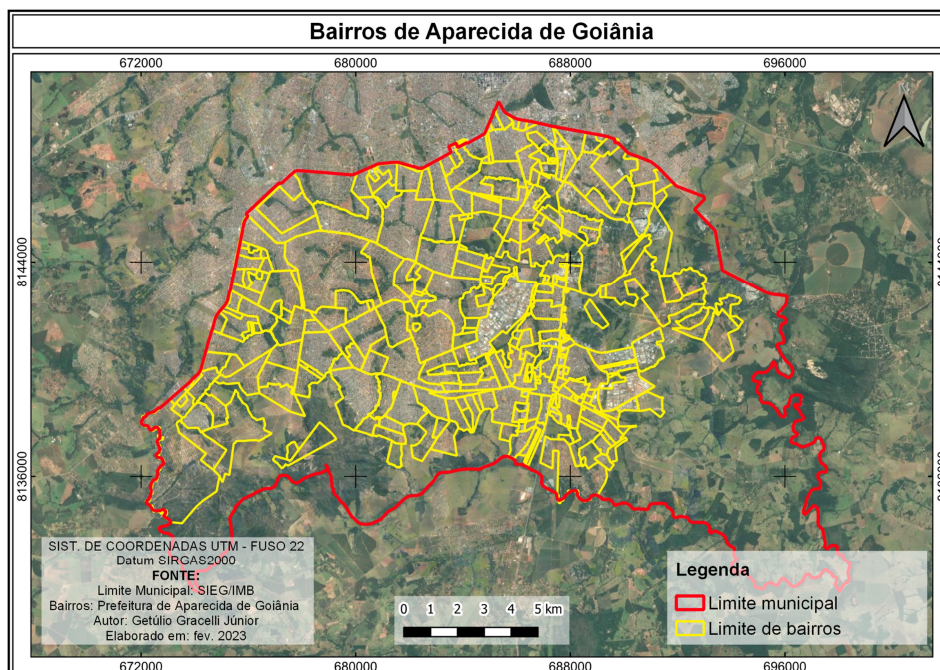


Figura 3 - Mapa de bairros de Aparecida de Goiânia
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

O Ministério da Cidadania (MDS) disponibiliza acesso público a muitas informações relacionadas à Política de Assistência Social. Dentre elas está a quantidade de famílias em situação de baixa renda por setor censitário – mas não por bairros. Assim, é importante compreender o que são os setores censitários.

O setor censitário é definido pelo IBGE como

a unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios ou de estabelecimentos que permitam o levantamento das informações por um único Agente Credenciado, segundo o cronograma estabelecido (IBGE, 2013)

Em áreas urbanas os setores censitários costumam contemplar cerca de 300 domicílios. Os seus limites não respeitam os limites dos bairros e, em algumas situações, nem mesmo os limites municipais.

O setor censitário também é a menor unidade de divulgação dos dados do censo, o que permite identificar estratificações sociais de maneira mais localizada do que uma divisão por bairros, por exemplo. Quando analisamos as variáveis socioeconômicas de um bairro que tenha

diferentes realidades sociais, chega-se a valores médios que não representam sua complexidade. Entretanto, através do setor censitário é possível identificar as áreas com melhores ou piores condições em seu interior. A figura 4 apresenta o mapa com os setores censitários de Aparecida de Goiânia.



**Figura 4 - Mapa dos setores censitários de Aparecida de Goiânia.
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.**

Apesar de os limites entre bairros e setores censitários não coincidirem, é possível que o gestor, a partir da comparação entre dois mapas (o de setores censitários com as informações levantadas e o de limite dos bairros), identifique o bairro em que uma informação de seu interesse se localiza. Isto é facilitado por ferramentas computacionais de geoprocessamento, mas também é possível fazê-lo em versões impressas. Há, vale dizer, técnicas de geoprocessamento que facilitam a integração desses dados, como a Densidade de Kernel, que será apresentada e discutida na seção materiais e métodos.

Materiais e métodos

Para este trabalho, foram utilizadas listagens oficiais da prefeitura de Aparecida de Goiânia -Go com endereços dos equipamentos de assistência social, de educação infantil e educação básica. O arquivo *shapefile* (SHP) com os limites do município e de bairros também foram levantados junto à prefeitura de Aparecida de Goiânia-Go.

Utilizou-se, ainda, dados oficiais do CadÚnico sobre o quantitativo da população em situação de extrema pobreza, distribuídos por setor censitário, disponibilizados no portal MOPS (Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania)¹, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Para utilização desses dados, foi utilizado o arquivo SHP com limites dos setores censitários do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os endereços dos equipamentos de assistência social e educação foram geocodificados² por meio do *Google My Maps*³ e exportados para arquivos no formato SHP. Os dados tabulares com o quantitativo de pessoas em situação de extrema pobreza por setor censitário – coletados no portal MOPS – foi unido à tabela do arquivo SHP dos setores censitários – do IBGE. Por fim, os arquivos foram inseridos em sistema georreferenciado (Datum SIRGAS2000, sistema de coordenadas UTM, zona 22 S) no *software* GIS 3.22, onde os dados foram organizados e padronizados para que fosse possível uma análise adequada.

4. DENSIDADE DE KERNEL

Quando se pensa em modelos espaciais da realidade, são necessárias escolhas metodológicas. Algumas análises, por exemplo, se beneficiam de um modelo discreto de dados espaciais, com valores únicos apresentados para uma superfície delimitada. Outras análises demandam uma concepção de modelo espacial de superfície contínua, com dados variando ao longo dessa superfície.

¹ Portal MOPS: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>

² A geocodificação é o processo de conversão de um endereço em uma localização em um sistema georreferenciado, ou o processo inverso.

³ <https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/>

Tendo em vista este trabalho, o modelo de representação espacial discreto é limitado para representar a concentração da população em extrema pobreza, conduzindo a uma interpretação equivocada do fenômeno. Cada setor censitário contém cerca de 300 domicílios e os setores com menor densidade de ocupação apresentam maiores áreas e um número menor de setores na vizinhança. Por outro lado, em regiões com a população mais adensada, os setores censitários tendem a ter áreas menores e se agruparem em maior quantidade.

Para superar essa limitação, uma alternativa é transformar o dado discreto (com uma superfície delimitada com um único valor) em uma superfície com valores variando continuamente. Para isso, uma técnica útil é a densidade de Kernel que, segundo Rizzatti *et al* (2020) quantifica relações dos pontos em um determinado raio de influência, baseado em função estatística. Carnaúba (2021, p. 13), pondera que o estimador de Kernel “é um método simplificado de se obter a estimativa da intensidade de um fenômeno por um valor de área”. O resultado da aplicação da técnica é conhecido também como mapa de calor. O mapa de calor também permite superar a dificuldade em se comparar os dados levantados por setor censitário com os limites dos bairros.

Neste trabalho, o mapa de densidade de famílias em extrema pobreza permite identificar regiões em que há maior concentração de pessoas que demandam pelos equipamentos de assistência social e comparar esse dado com a localização dos equipamentos de assistência social e educação, permitindo analisar a adequada distribuição dos mesmos no território de Aparecida de Goiânia.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 5 apresenta a divisão territorial das unidades do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Aparecida de Goiânia considerando os bairros atendidos por cada unidade. A cobertura da proteção social nos municípios vai se dar através da distribuição de bairros entre os equipamentos, assim cada CRAS, por exemplo, será responsável por um número determinado de bairros, o que é conhecido como o território de abrangência de cada equipamento. A delimitação dos bairros foi levantada em meio digital na Prefeitura de Aparecida

de Goiânia, a qual encaminhou os endereços das unidades do CRAS e os bairros atendidos por cada uma dessas unidades na forma de texto.

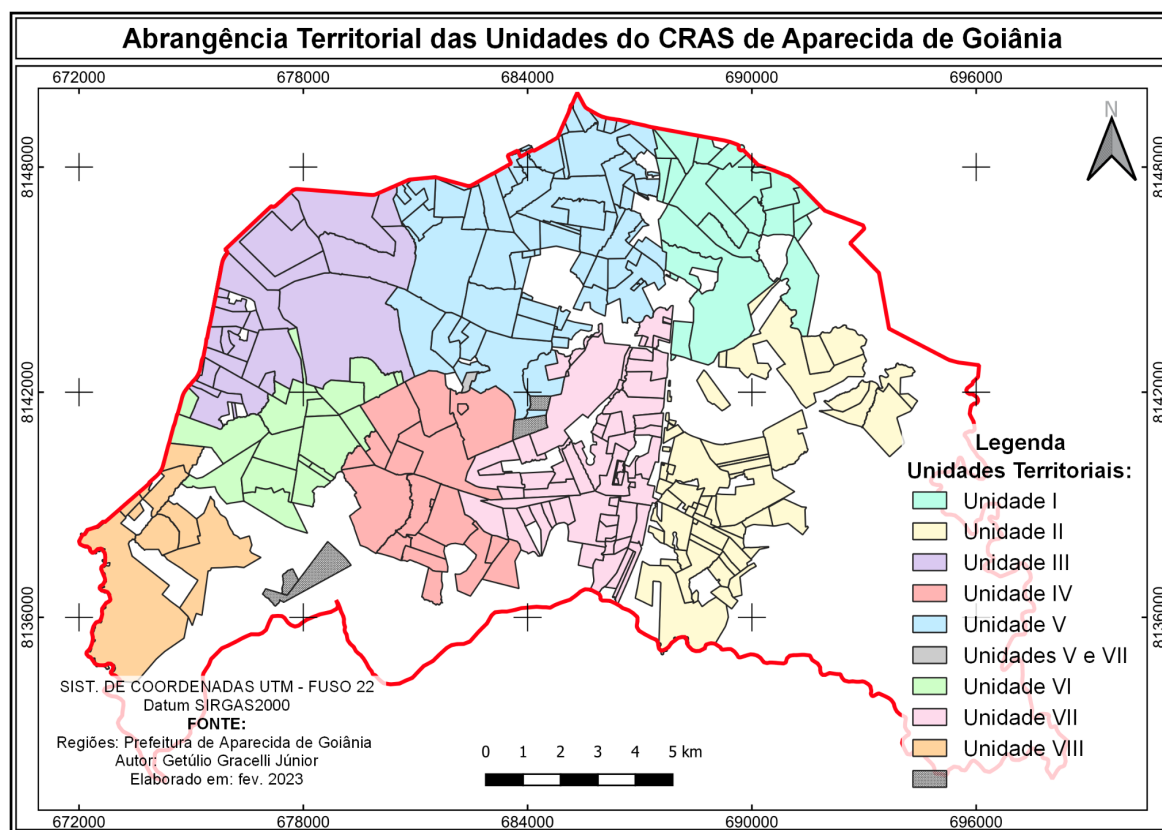


Figura 5 - Mapa da abrangência territorial das Unidades do CRAS de Aparecida de Goiânia. Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

Na listagem de bairros atendidos por cada unidade CRAS, entretanto, há bairros existentes no arquivo da prefeitura e não listados (Chácara Bossa Nova e Fazenda Laginha). Outra inconsistência é o fato de o bairro Colinas de Homero ser atendido por duas unidades do CRAS (Unidades V e VII). No mapa, os bairros são delimitados pela linha cinza, enquanto que os territórios abrangidos por cada unidade são definidos pelas diferentes cores.

A classificação dos dados oriundos do portal MOPS (março de 2019) com o número absoluto de famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 89,00), permitiram criar o mapa da figura 6, que indica os setores censitários com maior incidência de pobreza e risco social. O total de famílias quantificadas nesta condição foi de 3.772.

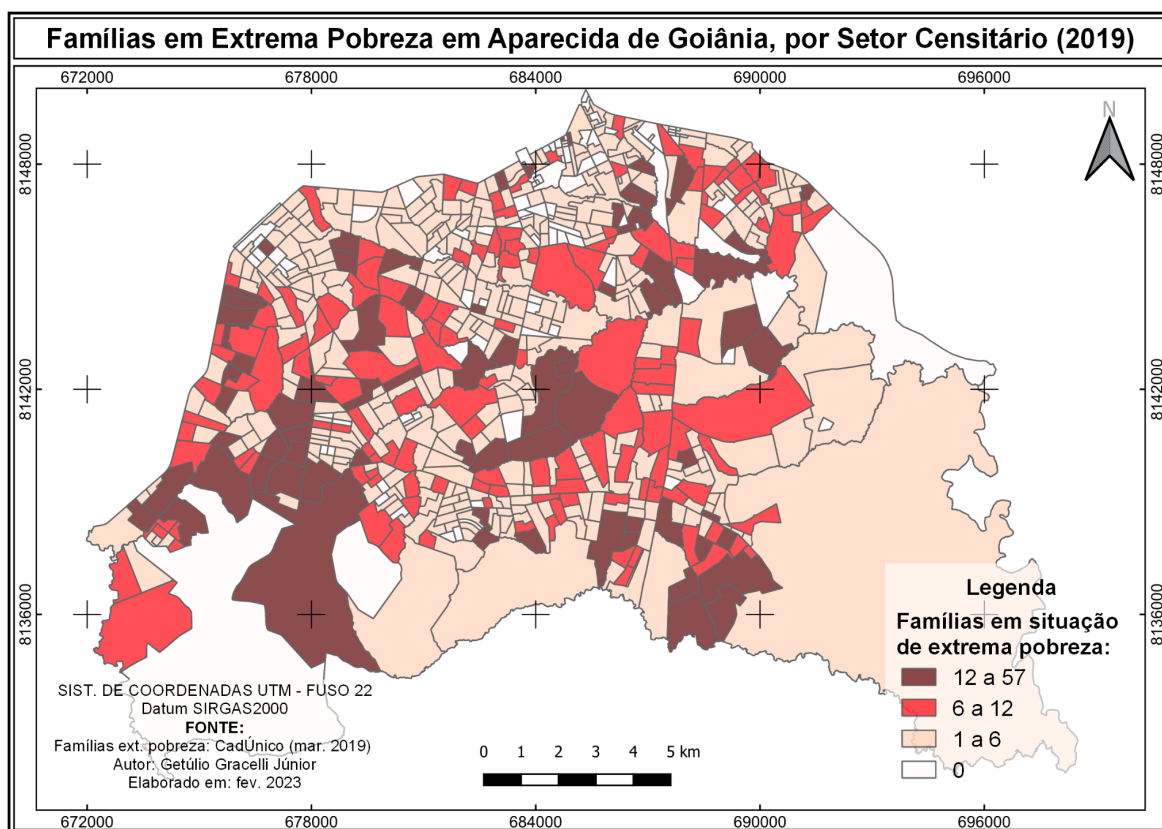


Figura 6 - Mapa de distribuição das famílias em condição de extrema pobreza em Aparecida de Goiânia, por setor censitário, em março de 2019.
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

Na figura 6, percebe-se regiões com concentração de setores censitários de pequena área e quantidade de famílias em extrema pobreza. É possível que, em conjunto, esses setores censitários com pequena área, apresentem uma concentração maior de famílias em extrema pobreza do que setores censitários com grandes áreas e valores elevados de famílias em extrema pobreza. O mapa da figura 6, entretanto, não permite fazer essa verificação, o que sugere que a concentração das famílias em extrema pobreza não está bem representada, justificando a criação de mapa de densidade de Kernel.

A figura 7 permite relacionar a contagem de famílias em extrema pobreza entre os diferentes setores censitários, considerando ainda suas dimensões e a distâncias entre eles,

compondo um mapa em que as informações são extrapoladas dos polígonos, considerando a relevância da vizinhança, construindo uma superfície cujo valor se altera continuamente.

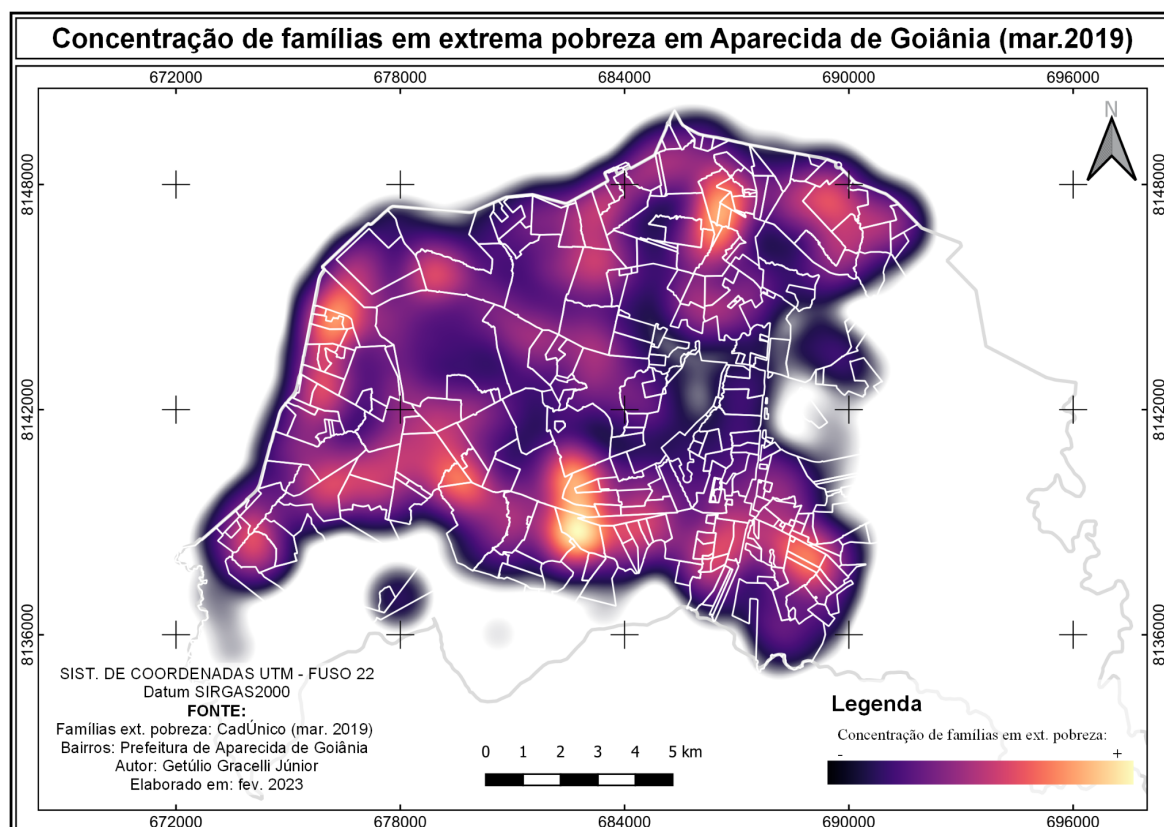


Figura 7 - Mapa de densidade de famílias em extrema pobreza em Aparecida de Goiânia em março de 2019.

Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

Ainda na figura 7, as áreas mais escuras (em roxo) são aquelas em que há menor densidade de famílias em situação de extrema pobreza, enquanto as áreas mais claras (amarelas) são aquelas com maior densidade. Esse mapa de densidade identifica áreas em que há concentração de famílias que demandam pelos equipamentos de Assistência Social e onde esses equipamentos acolheriam um maior número de pessoas. Sobrepor os equipamentos de Assistência Social ao mapa de densidade permite identificar se a distribuição dos equipamentos – especialmente os CRAS e os SCFV – está adequada.

Frisa-se que os mapas de densidade e de setores censitários são complementares, ainda que a natureza dos dados seja a mesma. Pensando em uma situação de planejamento, primeiro

deve-se considerar o mapa de densidade – para atingir um maior número de famílias – e, depois, o mapa de setores censitários – para alcançar as famílias em situação de extrema pobreza que estão em áreas menos adensadas.

A figura 8 apresenta as mesmas informações do mapa anterior, com destaque para as áreas com altíssima densidade de famílias em situação de extrema pobreza (duas áreas), em verde, e de alta densidade (três áreas), em azul.

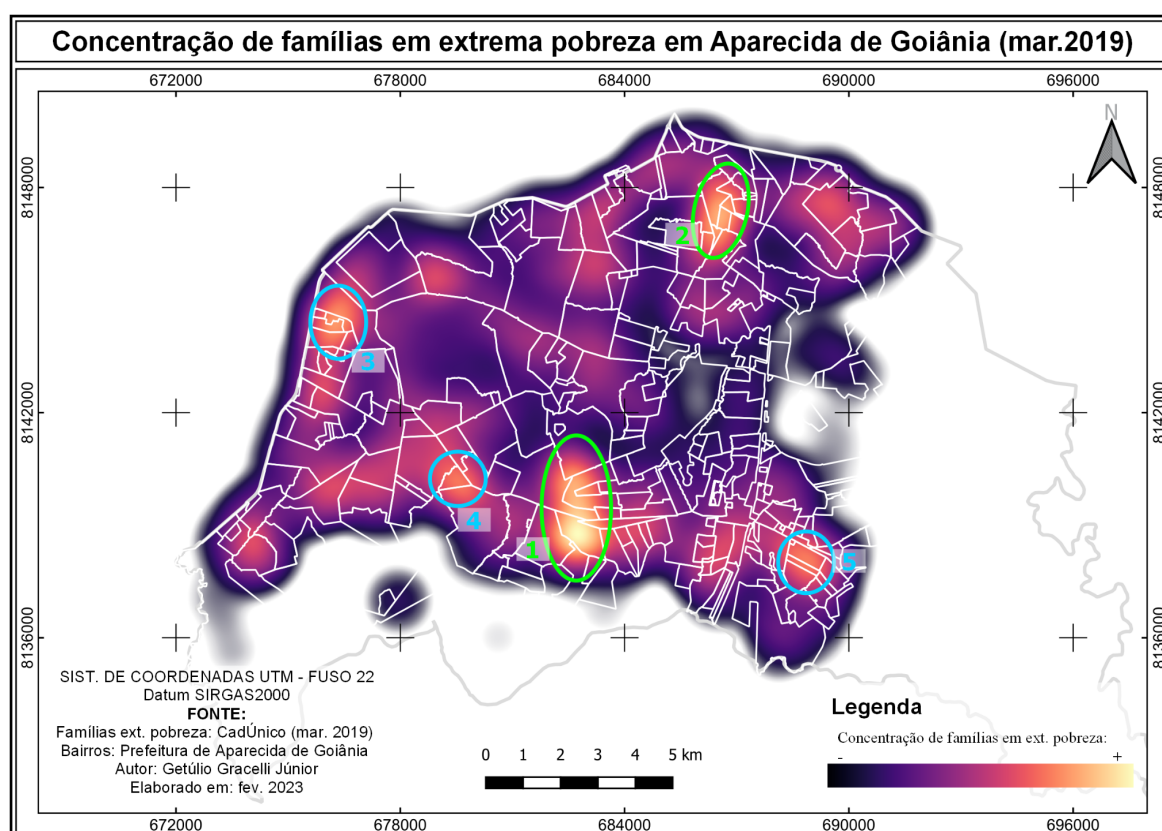


Figura 8 - Mapa de densidade de famílias em extrema pobreza em Aparecida de Goiânia em março de 2019, com destaque para as áreas com maior adensamento.
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

O Quadro 1 indica os bairros abrangidos pelas manchas com maior densidade de famílias em extrema pobreza, estando o primeiro bairro citado em posição central na área.

Quadro 1 - Bairros em áreas com densidade relevante

Densidade	Área	Bairros
Altíssima	1	Cidade Livre, Conde dos Arcos, Independência, Jd. Monte Cristo, Colina Azul, Setor dos Estados, Vila Oliveira.
Altíssima	2	Vila São Joaquim, Pq. Real de Goiânia, Vl. Santos Dumont, Vl. Real, Jd. Maria Inês, Vila Alzira, Pq Primavera, Nossa Sra de Lourdes, Loteamento Recanto dos Emboabas.
Alta	3	Res. Pôr do Sol, Jd. Tropical, Jd. Das Hortências, Res. Caraíbas.
Alta	4	Bairro Nova Cidade, Bairro Independência – Setor das Mansões, Jd. Tiradentes, Jd. Florença, Res. Campos Elísios.
Alta	5	Lot. Nova Olinda (e continuações), Jd. Miramar, Jd. Repouso.

Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

A partir do mapa com a densidade das famílias em condição de extrema pobreza por setores censitários, é possível identificar áreas com mais ou menos pessoas que demandam a atuação do SUAS. Na figura 9, além dessa informação, foi acrescentada a localização dos equipamentos de Assistência Social, que permite identificar se os setores com maior demanda são bem atendidos.

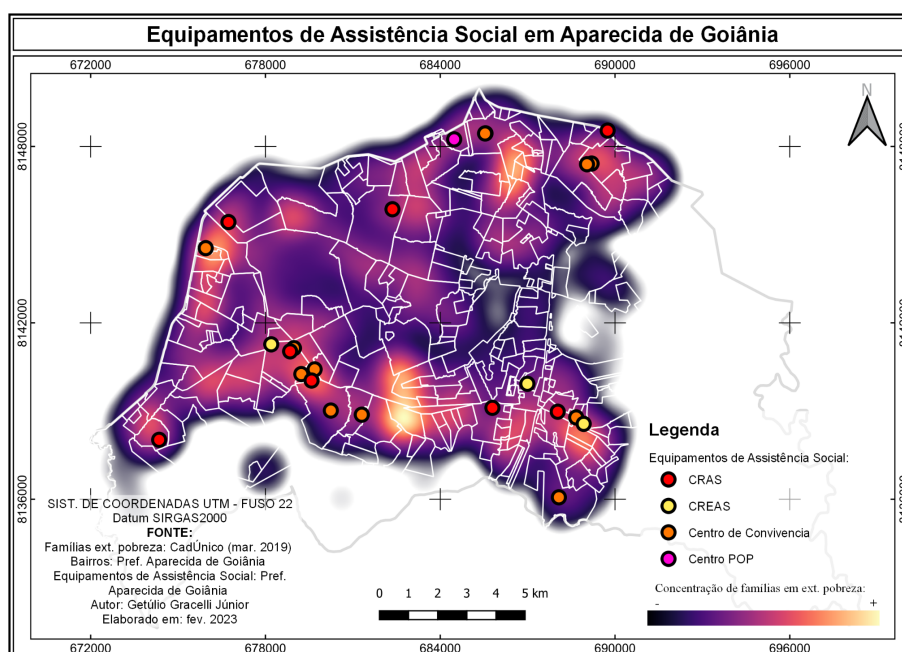


Figura 9 - Mapa com os equipamentos de Assistência Social de Aparecida de Goiânia em relação a densidade de famílias em situação de extrema pobreza.

Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

Além das áreas especialmente destinadas aos centros de convivência, cada CRAS de Aparecida de Goiânia também possui um centro de convivência integrado, à exceção dos CRAS Madre Germana, Garavelo e Jardim Tiradentes. Ressalta-se que este último possui um centro de convivência próximo.

A análise do mapa indica que há alguma concentração dos equipamentos e grandes áreas sem a presença dos equipamentos. Constatou-se que setores com equipamentos não apresentaram as maiores concentrações de famílias em condição de extrema pobreza. Isso pode ser uma consequência da existência da rede de assistência social. Também se identificou poucas unidades de CREAS, que se localizam longe das áreas que apresentam as maiores concentrações de famílias em extrema pobreza. Identificou-se, ainda, proximidade entre equipamentos de mesma natureza, criando sobreposição de cobertura.

Além dos equipamentos de assistência social, já explorados no mapa anterior, a presença de escolas de período integral e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) são uma importante medida de proteção social, cuja distribuição é apresentada na figura 10. Os centros de convivência, escolas de período integral e CMEIs possuem maior relevância nos bairros com maior incidência de pobreza, pois garantem a oferta de proteção social às crianças e adolescentes enquanto os responsáveis estão no trabalho.

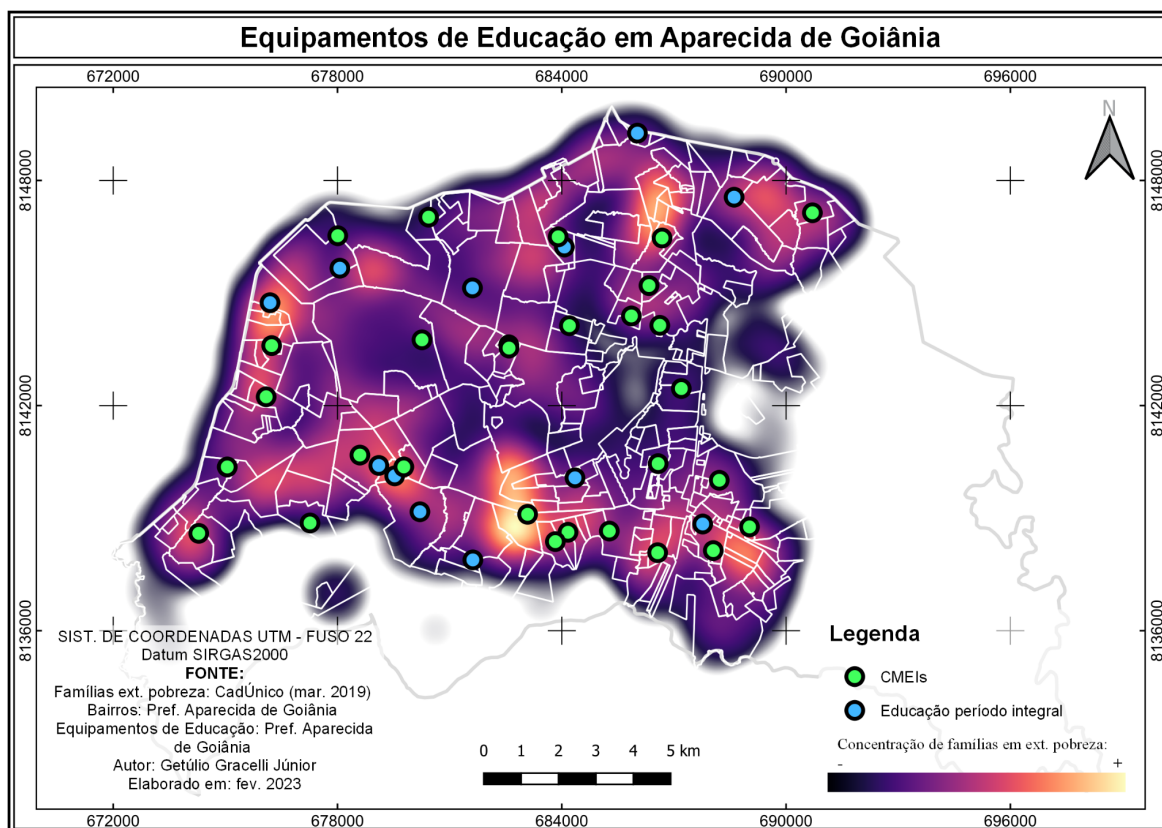


Figura 10 - Mapa com a distribuição de equipamentos educacionais em Aparecida de Goiânia, em relação a densidade de famílias em situação de extrema pobreza.
Elaboração: Getúlio Gracelli Júnior, 2023.

Na figura 10, percebe-se que as áreas com altíssima densidade de famílias em situação de extrema pobreza estão menos assistidas pelos equipamentos educacionais, enquanto que se configuram o cenário prioritário para recebimento desses serviços.

Identificou-se, ao longo do levantamento de dados, que alguns setores censitários relativos a áreas industriais, sem unidades residenciais aparentes em imagens de satélite, apresentam famílias em condição de extrema pobreza. É possível que tenha ocorrido algum erro no processo de cadastramento de famílias, cadastramento de famílias com endereço do local de trabalho e até mesmo fraudes. O deslinde dessa situação não foi, entretanto, escopo deste trabalho.

CONCLUSÃO

Conforme foi apresentado, a relação entre a estrutura territorial de uma realidade espacial, como é o caso do município ou de uma cidade, as classes sociais e a oferta de equipamentos e serviços, concursam para sanear ou agravar os problemas da população pobre. Vimos que a vulnerabilidade da população está diretamente ligada ao ordenamento territorial e às políticas que definem a gestão do espaço.

De maneira geral, a análise da distribuição espacial dos equipamentos de assistência social e educacionais em Aparecida de Goiânia permitiu observar que: i) há uma quantidade relevante de unidades de CRAS, cada uma delas responsável por um território bem definido; ii) há áreas com adensamento de equipamentos de assistência social, em especial CRAS e SCFV; iii) áreas com cobertura de equipamentos de assistência social não são aquelas que apresentam maiores concentrações de população em condição de extrema pobreza; iv) existem áreas com grande concentração de população em condição de extrema pobreza, mas sem cobertura de equipamentos de assistência social; e v) há três unidades de CREAS, posicionadas na porção Sul de Aparecida de Goiânia, mas sem uma cobertura adequada da cidade como um todo, em especial às áreas com maior densidade de população em condição de extrema pobreza.

Não foi possível avaliar a relação de causalidade entre a presença (ou ausência) de equipamentos de assistência social e a densidade de população em condição de extrema pobreza. Alguma inferência nesse sentido dependeria de uma análise temporal dos dados, mas cada uma das informações utilizadas se refere a apenas uma data.

Entretanto, é possível afirmar que a Prefeitura de Aparecida de Goiânia deve considerar a distribuição espacial da população em condição de extrema pobreza para definir os locais de equipamentos de assistência social, considerando que há áreas que necessitam dos serviços, mas estão desassistidas. Isso permitiria, além de atender a população necessitada, empregar os recursos públicos em locais em que sejam melhor aproveitados.

Vislumbra-se novos trabalhos nessa linha, em que a análise de séries históricas dos dados permitiria avaliar a efetividade da política e dos equipamentos de assistência social em modificar a realidade da população atendida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29 mar. de 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742/1993. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 29 mar. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em 29 mar. de 2023.

BRASIL. Decreto Federal nº 9.396/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm. Acesso em 29 mar. de 2023.

CARNAÚBA, E. A. A. Uso do Modelo de Densidade de Kernel para uma Análise de Casos de Dengue na Cidade de Fortaleza. INPE, São José dos Campos, SP: 2021. Disponível em: https://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser300:wiki_pessoal_emily_aimee:trabalho_final_emily.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

CAVALCANTE, P; RIBEIRO, B. B. O sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. In: **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6. p. 1459-1477, Rio de Janeiro, nov/dez 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7131/5677>. Acesso em 29 mar. de 2023.

CIRQUEIRA PINTO, J. V. PERIODIZAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: DA FORMA EMBRIONÁRIA ÀS NOVAS FUNCIONALIDADES NO ESPAÇO FRAGMENTADO - DOI 10.5216/bgg.v29i1.7111. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 87–106, 2009. DOI: 10.5216/bgg.v29i1.7111. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/7111>. Acesso em: 29 mar. 2023

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, 2004. Resolução nº 145/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf. Acesso em 29 mar. de 2023.

GONÇALVES, Ana-Paula; MERCEDES-STRAUCH, Julia-Celia. Análise das dimensões da segregação espacial no Vale do Paraíba Fluminense para os anos de 2000 e 2010. **EURE**, Santiago, v. 47, n. 142, p. 97-120, 2021. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612021000300097&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 29 mar. de 2023. <http://dx.doi.org/10.7764/eure.47.142.05>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Metodologia do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/metodologia_censo_dem_2010.pdf. Acesso em 29 mar. de 2023.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). BDE Goiás - Estatísticas Georreferenciadas, 2017. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/bdegeo/> Acesso em 29 mar. de 2023.

JACCOUD, L; HADJAB, P. D. E; CHAIBUB, J.R. Assistência Social e Segurança Alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte anos da Constituição Federal**, v. 1, n. 17, IPEA, Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4350/1/bps_n17_vol01_assistencia_social.pdf. Acesso em 29 mar. de 2023.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução. Petrópolis: Vozes, 2013.

NUNES, F. G. Território digital: detecção dos padrões espaciais da desigualdade socioterritorial do município de Aparecida de Goiânia – GO. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 112–129, 2017. DOI: 10.5216/ag.v11i2.40137. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/40137>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RIZZATTI, M.; LAMPERT BATISTA, N; CEZAR SPODE, P. L.; BOUVIER ERTAL, D.; MAURO DE FARIA, R.; VOLPATO SCOTTI, A. A. ; TRENTIN, R.; PETSCH, C.; TURBA COSTA, I. ; QUOOS, J. H. Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. Metodologias e Aprendizado, [S. l.], v. 3, p. 44–53, 2020. DOI: 10.21166/metapre.v3i0.1312. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1312>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Enviado em 24/05/2023

Aprovado em 03/07/2023